

# TERRITÓRIOS EM TENSÃO: O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO — BRASIL

---

MICHELLE JABER DA SILVA<sup>1</sup>  
MICHÈLE TOMOKO SATO<sup>2</sup>

## Introdução

O Brasil, um dos países protagonistas do novo cenário de transformação geopolítica mundial, tem buscado a qualquer custo seu desenvolvimento econômico. Com isso, a demanda por água, energia, minérios, combustíveis e espaços territoriais tem se tornado cada vez mais crescente, o que pode ser constatado por meio do aumento de instalação de grandes usinas hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, aberturas e pavimentações de estradas, avanço da fronteira agrícola e outros grandes projetos. Contudo, todo esse processo tem sido conduzido, muitas vezes, sem planejamento e/ou sem respeito às legislações vigentes, desconsiderando as consequências dessas ações ao ambiente e às sociedades de maneira geral.

De tal modo, o avanço da fronteira de exploração dos bens naturais é vivenciado em todas as regiões brasileiras. No Centro-Oeste, por exemplo, especialmente no Estado de Mato Grosso (MT), o cenário é um retrato fiel das consequências devastadoras ao ambiente e aos grupos sociais em condições de vulnerabilidade, especialmente com a expansão agrícola para exportação de grãos. Assim, torna-se constante o pico dos índices que registram o crescimento dos impactos ambientais, de conflitos socioambientais e de elevados índices de miserabilidade social.

Com o modelo agrário adotado, ancorado na ideologia ufanista do agronegócio, deparamo-nos cotidianamente com situações marcadas por confrontos, principalmente no que tange à disputa pelo território, ao esgotamento dos serviços ecossistêmicos, ao crescimento da vulnerabilidade socioambiental, à fragmentação dos *habitats* e a perda

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPG-ERN) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: michellejaber@gmail.com (Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT - Brasil).

<sup>2</sup> Docente associada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e colaboradora nas universidades federais de São Carlos (UFSCar, SP) e Rio Grande (FURG, RS), além da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). (Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT - Brasil).

maciça da biodiversidade. Afinal, “a ideia de progresso – e sua versão mais atual, desenvolvimento – é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24), acrescentaríamos ainda à ideia o sinônimo de dominação e de expropriação também de grupos sociais vulneráveis, pois o mesmo subalterniza, atropela, e, por vezes, destrói outras formas singulares de apropriação da natureza.

A implicação dessa dinâmica tem sido a homogeneização econômica e o autoritarismo social no processo de ocupação do território mato-grossense. O modelo de desenvolvimento implantado tem acelerado a economia em detrimento da ecologia e da sociedade, e age como se a busca pelo crescimento econômico justificasse qualquer ação, inclusive de colocar as terras mato-grossenses a serviço do mercado internacional. Isso tem gerado um grande ônus ambiental às populações locais, como: uso excessivo de agrotóxico, empobrecimento do solo, contaminação das águas, perda da biodiversidade; a expulsão de populações de seus locais de vida, transformando vilas e povoados em extensas plantações de soja e algodão.

Os riscos a que os ecossistemas e os grupos sociais estão expostos são nutridos fortemente pelas *driving forces*, ou seja, as forças motrizes do desenvolvimento. O estudo das forças motrizes elucida que as causas diretas (*proximate causes*), como por exemplo, a extração de madeira, o avanço da pecuária e o alagamento de extensas áreas, são impulsionadas pelas necessidades e direcionamentos dados pelo desenvolvimento. Geist e Lambin (2002) enfatizam que as causas diretas são impulsionadas por causas indiretas como fatores econômicos (crescimento dos mercados, urbanização), fatores demográficos, fatores tecnológicos, fatores culturais (aumento do consumo) e, principalmente, fatores políticos.

Em MT as mudanças no padrão de uso e de ocupação das terras têm sido impulsionadas por intervenções de políticas governamentais que, em sua maioria, são ditadas pelas necessidades dos mercados nacionais e internacionais. Muitas vezes, essas políticas desencadeiam uma série de retrocessos socioeconômicos, com consequências negativas aos ambientes e aos grupos sociais, tornando-se assim fortes propulsoras dos conflitos socioambientais. Esses conflitos surgem quando a dominação do espaço ambiental pelo poder do capital choca-se com os territórios apropriados, estes construídos por grupos sociais, os quais possuem valores diferenciados e formas distintas de racionalidades, bem como, vivências que se contrapõem ao hegemônico desenvolvimento capitalista.

Nesse artigo buscamos apresentar o Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso elaborado no processo de mapeamento dos conflitos presentes nas 12 regiões de planejamento do estado. Conflitos esses identificados por meio de autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais que são atingidos diretamente pelos projetos econômicos de dominação.

Importa afirmar que nesta pesquisa não almejamos um censo, buscando somente apontar o número de conflitos socioambientais e/ou suas taxas de incidência. Mais que isso, aspiramos demonstrar o grau de riscos em que os ambientes e os grupos sociais de MT estão expostos. Estes são herdeiros de uma ocupação predatória e, muitas vezes silenciados, ficam invisibilizados diante do poder do capital e das políticas públicas.

## Processos de uso e ocupação dos territórios matogrossenses

O processo de dominação dos territórios e das culturas locais faz-se historicamente presente em MT. Nesse sentido, podemos afirmar que possuímos uma “herança predatória”(PÁDUA, 2002) advinda do processo de colonização. Compreender esse processo de uso e de ocupação dos territórios faz-se imperativamente importante, pois neste movimento histórico ancoram-se o cerne de muitos conflitos socioambientais e as mais acirradas disputas pelos serviços ecossistêmicos.

Desde 1719 (ano da ocupação do estado por imigrantes), até os dias atuais, a estrutura fundiária encontra-se, predominantemente, em poder da oligarquia nas propriedades latifundiárias (SIQUEIRA, 2002). Oligarquias que percebem o ambiente como algo a ser consumido e os povos originários que o habitam como entraves ao padrão de desenvolvimento.

No Brasil, a consolidação da estrutura fundiária em latifúndios ficou ainda mais fortalecida com o término oficial do sistema sesmarial, a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, quando foi estabelecida a compra como única forma de aquisição de terras. Com essa medida, somente as camadas mais elevadas da sociedade tiveram acesso a terra, em razão do seu poder aquisitivo. Os homens livres pobres, mais uma vez, não conseguiram um pedaço de terra (SIQUEIRA, 2002).

A primeira Lei de Terras de MT foi sancionada em 1892, tratando dos mecanismos da regularização fundiária e, no mesmo ano, outra lei repartia as terras públicas. Estas leis mais uma vez garantiam posses de grandes áreas aos latifundiários do estado, inclusive àqueles que não se ajustaram à lei de terras de 1850 por possuírem áreas maiores que a permitida (3.600 hectares). E, após a aprovação da Lei de Terras de MT conseguiram regularizá-las.

Historicamente, o primeiro movimento oficial promovido pelo governo federal, objetivando a ocupação e a colonização das terras mato-grossenses, ficou conhecido como Marcha para o Oeste, com forte ideal progressista de industrialização do Brasil, este movimento impulsionou o projeto de reordenamento social com fins políticos e econômicos. Foi implementado pelo governo de Getúlio Vargas em meados da década de 30 (SIQUEIRA, 2002). Esta política acirrou de modo gradativo os conflitos por terra, quando esta deixava de ter valor de uso para ter valor de mercadoria, fato que resultou na expulsão de vários trabalhadores rurais de seus territórios.

Na década de 50, a construção de Brasília, como nova capital federal no Planalto Central, incentivou diretamente o povoamento massivo dessa região. Nos anos 60 e 70, a construção das primeiras grandes estradas amazônicas “Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Rio Branco” teve a função de dar acesso à vasta região norte para novas frentes de ocupação: colonos, garimpeiros, produtores rurais, comerciantes e empresas procedentes de outras locais migraram para estas regiões (LITTLE, 2002).

A partir de 1970, a colonização reforçou o outro sentido de que as terras que se situavam em MT eram consideradas “espaços vazios”, sendo necessário abrir a fronteira, principalmente no bioma amazônico. Vale salientar que esses espaços jamais foram

vazios! Eram assim denominados por não se levar em consideração as populações locais, e tampouco seus ecossistemas. O discurso nacionalista “integrar para não entregar” e a promessa de “terra sem homens para homens sem terra” imperou nesse período (BARROS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2001). Esses incentivos tinham como objetivo central criar novos pólos de desenvolvimento de grandes projetos madeireiros, mineradores, hidrelétricos e agropecuários. Fator que ocorreu de forma totalmente desordenada e sem o devido cuidado socioambiental.

Na década de 90, outros programas governamentais também influenciaram a ocupação do Estado, como o programa “Avança Brasil”, que incentivou a instalação de mais hidrelétricas e a abertura de novas estradas para o escoamento da produção.

Atualmente vivenciamos as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, pela forma como vem sendo conduzido, demonstra uma repetição desses processos de imposição e arbitrariedade ao ambiente e aos povos que o habitam. Todo o processo de dominação traz em seu bojo a violência, entendida aqui não somente como violência física – assassinatos e destruição material – mas, também, a violência simbólica e a destruição de bens imateriais, discriminações, perda da autonomia, comprometimento da qualidade de vida, desrespeitos aos modos de vida e a violação dos direitos, portanto, violação dos princípios de cidadania.

Nesta dinâmica, podemos constatar que MT vive grandes paradoxos. De um lado, temos uma natureza de complexa biodiversidade, composta por um mosaico de ricos biomas, somado a uma diversidade imensa de comunidades e de povos que vivem em múltiplos espaços. De outro lado, encontramos gigantescas áreas de pecuária, de monoculturas de soja e de algodão, de usinas hidrelétricas e de outras atividades impactantes, na maioria das vezes desenvolvidas sem amparo legal e, sobretudo, sem o compromisso ético socioambiental. Estes movimentos antagônicos de consolidação dos territórios não ocorreram e/ou ocorrem pacificamente, existem muitos conflitos nestes espaços, que são protagonizados por grupos sociais, que se organizam e se articulam para resistir ao poder da homogeneização. Confirmando a afirmação de Foucault (2004, p.241) “[...] onde há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”.

Diante do exposto podemos perceber que os conflitos socioambientais no Brasil e em MT não são uma exclusividade dos tempos atuais. São um dos espólios do desenvolvimento e do processo histórico de ocupação do país e do Estado. Seguramente, a história de ocupação dos territórios mato-grossenses é abalizada por estes conflitos, mas também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de insubordinação, de sonho e de esperança.

Desta forma, inscritos no campo de investigação da educação ambiental, em que as dimensões sociais e as dimensões ecológicas estão conectadas, acreditamos que para alcançarmos a proteção ecológica e a inclusão social, nossas práxis (ações e reflexões) não podem ater-se somente às causas imediatas da degradação, mas evidenciar os vários fatores deletérios que estão subjacentes a elas.

## O processo de des-ordenamento territorial de MT – O caso do zoneamento socioeconômico e ecológico

*O domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana. David Harvey*

A arena de disputa pelo uso e pela ocupação do território mato-grossense ficou ainda mais latente no processo de tramitação do projeto de lei nº 273/2008 que tange ao Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT). O ZSEE-MT, elaborado pelo corpo técnico do Estado (Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e Secretaria de Estado de Meio Ambiente), tem uma longa trajetória, tendo início em 1989 com a elaboração do zoneamento agroecológico.

Em 1992, com a edição da lei, é denominado Bases Geográficas para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Com essa nova denominação, o esboço do ZSEE foi concluído em 2002 e encaminhado à Assembleia Legislativa de MT em 2004. Em 2005 este foi submetido à Embrapa, cujo resultado e validação do projeto foram apresentados em 2007. Após a elaboração “final” feita por técnicos do poder executivo nos primeiros meses de 2008, o projeto foi direcionado a uma comissão composta por 47 entidades públicas, constituída conforme decreto estadual n. 1.139/2008; logo após, foi encaminhado novamente à Assembleia Legislativa de MT (AL-MT).

Vale destacar que o projeto encaminhado para votação representava um instrumento territorial de consistente proposição econômica e ecológica, entretanto, não contemplava a diversidade de grupos sociais com suas formas de vida e meios de produção, tampouco os conflitos enfrentados cotidianamente por buscarem um modo diferenciado de uso e ocupação dos territórios. Com isso, uma parcela significativa da sociedade estaria sendo negligenciada e ficaria à mercê desta relevante política pública (SILVA, 2011). Nasceu desta fragilidade a necessidade de se promover o Mapeamento Social de Mato Grosso que abordaremos com mais profundidade posteriormente.

O ZSEE-MT foi palco de enormes embates durante a realização de 15 audiências públicas. Nessa arena, as redes, os movimentos e as entidades promoveram abaixo-assinados, atos públicos, reuniões, fóruns de discussão, processos formativos, e contou com a presença marcante e significativa dos envolvidos nas audiências públicas em defesa de um ordenamento do território que contemplasse a diversidade socioambiental do Estado. Com isso, consolidou-se o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), um importante espaço de convergência de diversos grupos e entidades socioambientais de MT que, organizadamente, combateu as manobras contra o ZSEE.

Por outro lado, também organizado e com bastante recurso financeiro, estava o setor do agronegócio que participou ativamente de maneira pouco dialógica do processo e, muitas vezes, impondo o poder privado do capital sob os direitos coletivos da sociedade mato-grossense. Após a etapa de consulta pública o ZSEE-MT, totalmente descaracterizado pelos deputados estaduais, foi votado e aprovado. Posteriormente, mesmo com a mobilização contrária dos movimentos sociais, o governador do estado,

Silval Barbosa, sancionou a lei do zoneamento em abril de 2011, favorecendo somente o setor do agronegócio do Estado.

A lei sancionada oferece muitos riscos à sociedade e apresenta várias incompatibilidades com a legislação federal em vigor, especialmente, em três aspectos principais: a) autorizando o plantio de cana-de-açúcar em áreas já proibidas; b) flexibilizando o percentual de reserva legal para fins de recomposição em 50% em áreas florestais para desmatamentos ocorridos até a data da publicação da lei, anistando desta forma desmatamentos recentes; c) isentando de recomposição de reserva legal as propriedades com até 400 hectares, o que contradiz o código florestal brasileiro em vigor.

Muitas vezes, o ZSEE é pensado como um “instrumento de resolução preventiva de conflitos” que arbitra os modos tidos como legítimos de ocupação e de dominação do território (ACSERALD, 2000, p. 9). Por outras vezes, ele poderá vir a acirrar ainda mais os conflitos socioambientais, especialmente quando vem refletir a posição política e defender os interesses de apenas um dos setores da sociedade (como ocorreu em MT), revelando uma expressão espacializada de algum modelo de desenvolvimento (ACSERALD, 2000). O ZSEE-MT, da forma como foi sancionado, certamente será mais um instrumento propulsor dos conflitos socioambientais, pois não leva em consideração a diversidade dos ecossistemas e dos modos de vida presentes no solo mato-grossense.

Para sua aprovação final, o ZSEE-MT precisa do parecer favorável da Comissão Nacional de Zoneamento Ecológico e Econômico e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). É nestas duas esferas que se encontra um sopro de esperança para que a lei não entre em vigor. E, pautadas nessa possibilidade de que as esferas federais refutassem a lei aprovada, foi que – os grupos sociais fizeram franca oposição à forma como foi conduzido o processo e às drásticas alterações no conteúdo da lei, se assegurando por meio de novas mobilizações e articulações, reunindo-se com conselheiros do CONAMA, com representantes do MMA e também com o poder judiciário. A batalha ainda não foi perdida, ainda que o atual governo acene às tendências desenvolvimentistas sem os cuidados socioambientais.

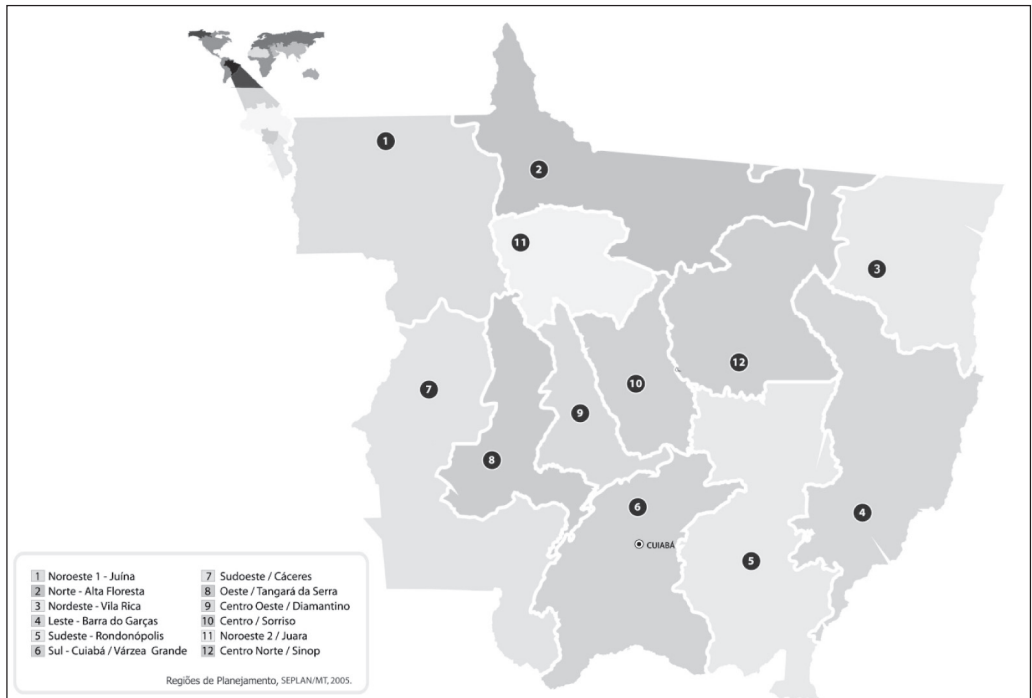
## Percurso metodológico

O enfoque investigativo deste trabalho tem como método central a abordagem qualitativa, que vem acompanhada pelas táticas metodológicas do mapa social e da fenomenologia. A metodologia concebida denominada Mapa Social, recorre às autonarrativas de vários grupos de resistência, às relações com o ambiente que os cerca, às suas vulnerabilidades, conflitos e os processos de injustiças ambientais existentes em seus territórios (SILVA, 2011).

Adotando a proposta metodológica do Mapa Social, nesse artigo nosso direcionamento se dá ao mapeamento dos principais conflitos socioambientais existentes nas 12 regiões de planejamento (RP) do Estado (figura 01), para concreção do Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso. Esta forma de regionalização do Estado

em RP tem sua origem a partir dos dados do diagnóstico do meio físico-biótico e socioeconômico do projeto ZSEE, a partir das análises temáticas e dos mapeamentos que compuseram esse estudo (MATO GROSSO, 2008). A intenção em dar visibilidade aos conflitos socioambientais evidenciados nessas RP ancora-se no sentido de facilitar a leitura do mapa e evidenciar a necessidade de, ao se fazer o planejamento de MT, que esses conflitos sejam considerados nas tomadas de decisão e na elaboração de políticas públicas, sobretudo, no ordenamento territorial do estado, que até então vem negligenciando os grupos sociais diversos e os conflitos vividos por eles.

Figura 01: Regiões de planejamento de Mato Grosso.



Fonte: Seplan – MT

Para isso, promovemos dois seminários de **Mapeamento Social de Mato Grosso**, ocorridos na cidade de Cuiabá-MT, nos anos de 2008 e 2010, os quais tiveram como desafio o mapeamento dos grupos sociais e o mapeamento dos conflitos socioambientais. Esses seminários compõem as metas do projeto “**Mapeamento Social do Estado de Mato Grosso**”, desenvolvido pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Financiado pela Fundação de Amparo a pesquisa de MT (FAPEMAT), com objetivos de revelar as múltiplas identidades presentes no território e mapear os conflitos socioambientais.

Nesses seminários contamos com a participação de representantes de diversos grupos sociais. O GPEA ficou responsável por toda a dinâmica metodológica, assim como, organizar a vinda de cada representante dos grupos sociais. Na realização desses dois seminários reunimos, aproximadamente, 500 participantes vindos dos 54 municípios mato-grossenses, ou seja, somando os dois seminários, aproximadamente 40% dos 141 municípios do Estado estiveram presentes. Ao total, 19 etnias indígenas estiveram representadas por mais de 70 representantes de diferentes Terras Indígenas (TI). Os participantes das comunidades quilombolas vieram dos municípios de Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade. Participaram também comunidades pantaneiras, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso (MST-MT), acampados e agricultores familiares assentados em várias regiões do Estado. Além disso, estiveram presentes representantes dos seringueiros da Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt (Resex Guariba & Roosevelt), dos atingidos pela barragem de Manso e dos retireiros do Araguaia. Destacamos, ainda, a importante participação dos artesãos, dos ciganos Kalon, dos ecologistas, dos missionários indígenas, dos pescadores artesanais, dos morroquianos, dos articuladores da economia solidária e de cooperativas de agricultores familiares.

Os grupos presentes participaram de estudos e de debates, com o objetivo de construir coletivamente os mapeamentos propostos. Os participantes centraram suas ações na identificação nos mapas, nas respostas dos roteiros de entrevistas e nas rodadas de conversas sobre os *habitats* de MT, escolhendo dividirem-se em grupos de trabalho (GT) de acordo com as suas identidades: GT 01 – Pantaneiros; GT 02 – Quilombolas; GT 03 – Retireiros do Araguaia; GT 04 – Agricultores Familiares; GT 05 – Povos do Cerrado; e, GT 06 – Indígenas. Três questões que foram debatidas nesse momento são respondidas neste trabalho: As alterações dos *habitats* onde moram tem provocado conflitos socioambientais? Quais conflitos? Quais os grupos sociais que estão envolvidos?

Após esta etapa os participantes pontuaram os conflitos narrados no mapa político-administrativo e territorial do Estado de Mato Grosso – ano 2010 – em escala 1:1.500.000, onde estavam as 12 RP em destaque. Nesse processo foi possível realizar entrevistas com 234 representantes de 110 grupos sociais, o que possibilitou o mapeamento de uma miríade de impactos ambientais e atividades propulsoras dos conflitos socioambientais em MT. Os dados foram, posteriormente, complementados por meio de pesquisas bibliográficas e de consulta a dados secundários, tais como: artigos científicos, relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Socioambiental (ISA) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Importante destacar que os impactos ambientais e as atividades que os promovem não são sinônimos de conflitos socioambientais, e sim, muitas vezes, as causas propulsoras dos conflitos. É somente quando se estabelece um campo de tensão, de disputa e embate (material e/ou simbólico) que os caracterizamos como conflitos socioambientais. Por exemplo, o desmatamento é uma atividade que provoca impactos ambientais (esgotamento de serviços ecossistêmicos, perda da biodiversidade, empobrecimento do solo, dentre outros), estes impactos quando gerados propiciam um conjunto de embates em defesa do *habitat* e dos habitantes. Assim posto, muitas das narrativas



evidenciaram as atividades e os impactos vivenciados nos locais onde vivem e, posteriormente, apontaram os conflitos socioambientais.

As respostas às questões foram sistematizadas e pontuadas nas RP de incidência e organizadas, posteriormente, em forma de quadro, que registra em qual município da região temos atividades propulsoras de conflitos; além disso, demonstra os grupos sociais envolvidos nesses embates. Após isso, os conflitos foram inseridos no mapa de MT por meio de um banco de dados de Sistema de Informação Geográfica (SIG), e para isso utilizamos o software ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0). Os resultados apresentados descortinam os casos de violação ao ambiente e aos grupos sociais, onde a face concreta desta violação está expressa na miríade dos conflitos mapeados.

Para uma compreensão da dinâmica estabelecida nas práticas sociais existentes nos espaços de apropriação e dominação dos territórios e das identidades, recorremos à que nos oferta uma realidade diversa com ênfase no “mundo cotidiano” e no reconhecimento do Outro enquanto parte imprescindível da realidade histórica, individual e coletiva. Lévinas (1998) com acuidade destaca a necessidade de considerar o outro, enquanto parte de si, ou seja, o “eu-individual” que só existe mediante o contato com o outro, esse movimento de concreção do EU-OUTRO se estabelece na tensividade. Essa filosofia prima pela diversidade e pela alteridade (ou outridade), enfatizando que a diferença faz parte da vida social, instituída nos espaços das tensões e dos conflitos.

Com base nas orientações teórico-metodológicas em que esta pesquisa se fundamenta, buscamos interpretar os conflitos como algo inerente ao universo social, fator que julgamos essencial ao exercício da democracia, especialmente, em uma sociedade marcada pela disputa de poder. Entretanto, não podemos deixar que esse enfrentamento seja algo ignorado, invisibilizado ou mesmo, banalizado. Nesse âmbito, levamos em consideração a percepção foucaultiana (2004) que ressalta que as disputas de poder são intrínsecas às práticas sociais. Assim, deslocamos a questão do poder do âmbito somente do estado, para formas de poder que se estendem por toda sociedade, adentrando a vida cotidiana.

## **Conflitos socioambientais – espólios do des-envolvimento**

A crise contemporânea, marcada pela ruptura da relação entre a sociedade e a natureza, tem em suas bases de formação o legado da modernidade. Com pensamento fragmentado e unidimensional, a ciência moderna acredita que o conhecimento científico pode resolver todos os problemas da humanidade, desprezando qualquer outro saber construído fora de seu âmbito. A decorrência é um conhecimento produzido que segue distante, muitas vezes, do que se espera em termos de democracia e de ética.

Boaventura de Sousa Santos (1989, p. 40) enfatiza a necessidade de se valorizar outras formas de saberes. Para tal, afirma que “caminhamos para uma nova relação entre ciência e senso comum, uma relação em que qualquer um deles é feito do outro e ambos fazem algo de novo”. Desta forma, nos distanciamos de um discurso unísono

proposto pela modernidade, que almeja a harmonia e que escamoteia os desarranjos da sociedade, com forte tendência a negar os conflitos. Reconhecemos a pluralidade de saberes que se estabelece nos campos das diferenças.

A modernidade significou avanços científicos e filosóficos quando comparados com a Idade Média (SATO *et al.* 2001). Contudo, também significou adoção de valores e tendências que não conseguimos romper com facilidade, como a visão antropocêntrica, a crença cega nas tecnologias, as certezas absolutas, o individualismo, a homogeneização das culturas, dentre outros fatores.

Muitas contribuições contra o pensamento enrijecido da modernidade vêm do princípio da incerteza, em que o Nobel da química de 1977, Ilya Prigogine, é um dos precursores. Prigogine (1996, p. 14) afirma que “assistimos o surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo”. Suas grandes descobertas sobre a irreversibilidade dos sistemas físicos evidenciam a dinâmica fecunda existente na ordem-desordem, equilíbrio e não-equilíbrio, paradoxos que se contrapõem à “ditadura da harmonia”. O químico afirma que “a vida só é possível em um Universo fora do equilíbrio” (PRIGOGINE, 1996, p. 30), a constatação que escapou das mãos das chamadas “ciências normais”, abrangendo as demais áreas do conhecimento na tensividade entre os diferentes.

No movimento dialético, entre a ordem e a desordem, geralmente ocorre o que nomeamos como crise, do grego *krisis* que significa *separação*. Mas, também compreendida como uma decisão. “De-cidir é cindir com algo, provocando rupturas para ultrapassagem e busca de novas formas. Uma crise, portanto, possibilita também avanços, a restauração do novo, o caminhar adiante e a trajetória mais visível” (SATO *et al.* 2001, p. 136). Esse pensamento coaduna com Gramsci (2002), quando destaca que a “crise” pode ser vista como um momento em que o velho está morrendo e o novo ainda não conseguiu nascer.

Vale ressaltar que não desejamos fazer uma apologia ao caos e/ou aos conflitos, muito menos, consideramos importante provocá-los. O que enfatizamos é que com o reconhecimento de que eles existem é preciso evidenciá-los, encará-los e, mais que isso, buscar táticas para superá-los. O escamoteio dessas situações somente mascara a difícil situação dos grupos sociais e contribui ainda mais para a degradação dos ecossistemas.

O estudo dos conflitos socioambientais faz-se num campo polissêmico marcado por disputas, que pressupõem relações de poder que permeiam as práticas sociais. Os conflitos surgem quando os territórios apropriados por grupos que apresentam modos diferenciados de viver e de se relacionar com o meio, chocam-se com a dominação exercida pelo poder do capital. Nos espaços em que se estabelecem os conflitos socioambientais não estão em disputa somente os bens e os serviços ecossistêmicos, estão em disputa também as formas distintas de apropriação dos territórios, assim como, a manutenção da cultura. O sociólogo Henri Acselrad (2004, p. 26), um dos pensadores mais atuantes neste campo de investigação no Brasil, elabora a noção de conflitos ambientais como sendo:

[...] os conflitos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Um campo investigativo que tem se dedicado à temática dos conflitos ambientais é a ecologia política, que segundo Martinez-Alier (2007, p. 113), estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são “entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos bens naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida”.

Na perspectiva deste pensamento, podemos entender a distribuição ecológica como um dos princípios da justiça ambiental. Segundo Bullard (2005, p. 3) justiça ambiental é um conjunto de princípios que busca garantir que “nenhum grupo de pessoas, incluindo grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes do desenvolvimento”. Portanto, o termo injustiça ambiental tem sido aplicado para designar o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e expostas às condições de vulnerabilidade.

Importa ressaltar que, este estudo percorre as trilhas da justiça ambiental e da educação ambiental. Isso significa dedicar-se ao combate da degradação ambiental, mas, sobremaneira, significa considerar a inclusão e a participação dos sujeitos na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas que possam proporcionar melhor qualidade de vida. Atuar nos campos da justiça ambiental e da educação pode ser um grande exercício de vida democrática.

Consideramos que mapear os conflitos socioambientais, implica evidenciar os impactos do desenvolvimento e sua influência na dinâmica cultural. Implica, até mesmo, duvidar do desenvolvimento que apregou um modelo desenfreado das ações humanas sobre a natureza, trazendo inúmeras consequências desastrosas, inclusive para o próprio sistema social, já que as dimensões humanas e naturais não estão indissociadas, e conectam-se entre si (SANTOS et al., 2009, p. 7).

## O mapa dos conflitos socioambientais

Esta pesquisa não tem a pretensão de eliminar arestas ou nivelar opiniões. Pelo contrário, é intenção verificar o rico caldo vigoroso das diferenças que constituem os territórios mato-grossenses. Todavia, as narrativas, somadas a subsídios secundários, desvelam que certas afirmações são passíveis de certas generalizações que não são hegemônicas como as ciências modernas, mas possuem ressonâncias parecidas. Dentre elas, a de que são os grupos sociais vulneráveis os mais atingidos pelos danos ambientais; são eles que diretamente são privados de necessidades básicas como acesso à água potável, a áreas para cultivos, à moradia, ao saneamento básico e à segurança fundiária. Provocam assim, as situações de injustiças ambientais desveladas insistentemente nesta pesquisa.

A totalidade de conflitos socioambientais mapeados, que numericamente pode ser apresentada com 194 pontos de ocorrência, tendo 68 desses locais denunciados com ameaças de morte e 12 locais, sinaliza a prática desumana do trabalho escravo, oferece-nos a constatação do cenário de insustentabilidade social e ecológica do modelo de desenvolvimento instituído em MT.

Com dimensões continentais, o Estado ocupa uma área de 903.357 km<sup>2</sup> do território brasileiro, dividido em 141 municípios que foram agrupados em 12 regiões de planejamento. Possui três importantes biomas: Cerrado (39,6% do território), Floresta Amazônica (53,6% do território) e o Pantanal (6,8% do território). Nestes espaços temos 23 unidades de conservação federais, 44 estaduais e 38 municipais distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) (MATO GROSSO, 2008).

Somando a esta rica diversidade, MT possui uma expressiva sociodiversidade que foi mapeada por Silva (2011), registrando 78 terras indígenas em diferentes fases de regularização sendo habitadas por 47 diferentes etnias indígenas; 69 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares; além de povos ciganos, pantaneiros, retireiros do Araguaia, morroquianos, ribeirinhos, pescadores profissionais/artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados, seringueiros, extrativistas, artesãos, além de uma miríade de articuladores e movimentos empenhados em diversas lutas.

Por outro lado, MT se destaca também por ser considerado o estado com maior extensão de área desmatada de 1992 a 2007 em decorrência do avanço da fronteira agropecuária (AZEVEDO, 2009). Os dados do Deter (Detecção de desmatamento em tempo real) comprovam que somente entre agosto de 2010 e abril de 2011 o desmatamento aumentou em 43% em MT (INPE, 2011). Outra questão de destaque são as queimadas, normalmente ligadas à dinâmica do desmatamento, são muitas vezes intencionais e provocadas pelos agropecuaristas, e somente em setembro de 2010 foram registrados 18.182 focos de queimadas em MT (INPE, 2010).

Além disso, o último censo agropecuário do Brasil (IBGE, 1996) registrou que MT é o segundo estado em concentração de terras. Isso levando em conta o índice GINI, que para MT é 0,865 (quanto mais próximo do 1, maior é a concentração e desigualdade), perdendo apenas para o estado de Alagoas. A violência no campo é outro índice que MT lidera, de acordo com o relatório da CPT (2011) os estados que dominam este ranking são onde o agronegócio impera, permitindo compreender que a violência está associada à imposição da monocultura empresarial.

Ademais, MT ainda é considerado o campeão nacional em consumo de agrotóxico, sendo que, dos seus 141 municípios, 24 produzem 90% dos produtos agrícolas e consomem 90% dos agrotóxicos e fertilizantes químicos consumidos no Estado (PIGNATTI, 2011). Em 2010, MT produziu 6,5 milhões de hectares de soja; 2,5 milhões de milho; 0,9 milhões de algodão; 0,4 milhões de cana; 0,4 milhões de sorgo; 0,2 milhões de arroz e 0,4 milhões de hectares de outros produtos (feijão, mandioca, borracha, trigo, café, frutas e verduras) e consumiu cerca de 132 milhões de litros de agrotóxicos (produto formulado) (PIGNATTI, 2011; IBGE, 2011; INDEA, 2011).

Somando a este cenário MT ainda garante o posto de ser o segundo Estado em

instalações de empreendimentos como as pequenas centrais hidrelétricas (PCH). A escolha em gerar energia com pequenas centrais justifica-se pela não necessidade de se realizar Estudos de Impactos Ambientais (EIA), o que é exigido no caso de usinas hidrelétricas (UHE), facilitando desta forma o processo de licenciamento ambiental. Entretanto, os impactos cumulativos provocados pela instalação de diversas PCH em um mesmo rio são, muitas vezes, tão ou mais intensos que os gerados pelas UHE.

Todas as estatísticas e os índices supracitados, que evidenciam os riscos ecológicos e sociais em que MT está imerso, foram desvelados nas narrativas sobre os conflitos socioambientais vivenciados pelos grupos presentes nos seminários. Afinal, quando a rica diversidade dos ambientes naturais, somada à expressiva sociodiversidade, choca-se com interesses unicamente econômicos, faz emergir embates e resistências na luta pela manutenção dos modos de vida singulares dos habitantes que são totalmente dependentes dos *habitats*. Como afirma Zhoui (2008, p.105), “o conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dosignificados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território”.



É possível asseverar que os projetos homogeneizantes (narrados como os maiores propulsores de conflitos socioambientais), tais como: plantio monoculturas, hidrelétricas, hidrovias, entre outros, são os grandes causadores de injustiças ambientais em MT, pois, ao serem implementados, destinam os riscos às camadas mais vulneráveis da sociedade.



Mascarado com a faceta de melhoria na qualidade de vida, nos municípios em que as atividades como a extração de madeira, a pecuária extensiva e a monoculturas são mais intensas, por certo, o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são maiores. Contudo, esse aumento é ilusório, afinal, nestes mesmos locais, o índice que reflete a desigualdade de renda (GINI) também é maior.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2009, p. 1435) o desenvolvimento econômico, especialmente na Amazônia brasileira, persegue o ciclo: exploração madeireira, pecuária e agricultura. Analisando diferentes estágios do desmatamento em 286 municípios da Amazônia, os autores encontraram um “*boom-and-bust*” nos níveis do IDH. Comprovaram que o índice aumenta quando o desmatamento inicia, todavia, tem um forte declínio na medida em que o ciclo evolui para outras etapas. Após essa etapa, os níveis de desenvolvimento humano declinam novamente, e, em alguns casos, se tornam ainda mais baixos do que eram antes da exploração madeireira.

Estamos cientes de que o universo aqui mapeado dos conflitos socioambientais (quadro 01) não esgota as inúmeras situações existentes e ainda não visíveis, mas revela uma parte dos problemas desta imposição dos grandes projetos e reflete uma parcela importante de casos de conflitos, de enfrentamentos e de resistências. Reconhecemos que os conflitos identificados não são fixos, novos desafios são postos a todo o momento para os grupos sociais. O cenário dos resultados é mutável, transcendente da temporalidade e do espaço, requerendo uma dinâmica que acompanhe o movimento.

## Quadro 01 - Conflitos socioambientais das 12 regiões de planejamento de MT

Região de Planejamento 01 – Polo Juína	
	
<p>Municípios que compõem: Aripuanã / Castanheira / Colniza / Corrigançu / Juína/ Juarena / Rondolândia</p> <p>Predominância de bioma: Amazônia</p>	
Conflitos socioambientais	Município de ocorrência
Instalação do complexo de FCH no rio Juarena, disputa por terra, desmatamento ilegal, ameaças de morte;	Juína
Disputa por terra, desmatamento, queimada, falta de demarcação de território, invasão de área protegida e ameaças de morte;	Juína
Disputa por terra, desmatamento ilegal, queimadas, invasão na área que será amplificada à resex;	Colniza
Disputa por terras, extração ilegal de minérios, chacinhas de indígenas, desmatamento ilegal e ameaças de morte;	Colniza – Resex Guariba&Roosevelt
Invasão de terra indígena para extração ilegal de minérios e madeira, pesca predatória;	TI Aripuanã / PI Aripuanã / Juína
Instalação de aproveitamento hidroelétrico de Dardanelos sob o cemitério da etnia cimita-larga;	Aripuanã
Falta de liberdade de expressão, problemas com a Polícia, políticos e fazendeiros devido aos protestos e às ameaças	Juína
Trabalho escravo;	Rondolândia
Disputa por terra, desmatamento ilegal, queimadas e ameaças de morte;	Corriguançu
Extração ilegal de minérios;	Juarena
Invasão de terra indígena, extração ilegal de minérios;	Juína
Região de Planejamento 02 – Polo Alta Floresta	
	
<p>Municípios que compõem: Alta Floresta/ Apiacás / Carlinda / Colider/ Guarantã do Norte / Matupá / Nova Bandeirantes / Nova Canaã do Norte / Nova Guarita / Nova Monte Verde / Nova Santa Helena / Novo Mundo / Paranaíta / Peixoto de Azevedo / Terra Nova do Norte.</p> <p>Predominância de bioma: Amazônia</p>	
Conflitos socioambientais	Município de ocorrência
Disputa por terra, desmatamento, pesca predatória, exploração de minérios e ameaças de morte;	Alta Floresta
Desmatamento ilegal, pesca predatória, assoreamento e áreas degradadas;	Apiacás, Tikyáto
Disputa por terra, desmatamento ilegal;	Guarantã do Norte
Desmatamento ilegal, queimadas, Trabalho escravo, falta de água para agricultura familiar e ameaças de morte;	Apiacás
Queimadas criminosas nos assentamentos;	Alta Floresta
Disputa por terra, desmatamento ilegal e assoreamento dos rios;	Peixoto de Azevedo
Desmatamento ilegal, pesca predatória e ameaças de morte;	Novo Mundo
Disputa por terra (invasão de TI), desmatamento ilegal;	Matupá
Desmatamento, extração ilegal de minérios, madeirato de UHE Teles Pires, pesca predatória, disputa por terra	Guarantã do Norte
Trabalho escravo, disputa por água, assoreamento dos rios e destruição das nascentes;	Pratina
Trabalho Escravo;	Colniza
Desmatamento ilegal, queimadas, erosões, áreas degradadas	Nova Bandeirantes
Trabalho Escravo;	Alta Floresta
Disputa por terra, assassinatos, escassez de água, Extração ilegal minérios, desmatamento e queimadas;	Nova Canaã do Norte
	Novo Mundo
	Novo Mundo
	Nova Guarita

Região de Planejamento 03— Polo Vila Rica	
	Municípios que compõem: Alto Boa Vista / Bom Jesus do Araguaia / Canabrava do Norte / Confresa / Luciara / Novo Santo Antônio / Porto Alegre do Norte / Santa Cruz do Xingu / Santa Terezinha / São Félix do Araguaia / São José do Xingu / Serra Nova Dourada / Vila Rica.  Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.
<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>
Pressão na instalação hidrelétrica Belo Monte – essa região sofrerá grandes alterações;	Comunidade local x empresários das hidrelétricas e governantes
Desmatamento, disputa por terra, ameaças de morte e Trabalho Escravo;	Posseiros x grandes produtores rurais
Disputa por terra, invasão de TI, ameaças de morte, desmatamento e queimada;	Indígenas Tapirapé TI Urubi Branco x grileiros
Instalação da hidrovia Araguaia – Tocantins, desmatamento e pesca predatória;	Indígenas Karajá x grandes produtores rurais e grileiros
Disputa por terra, desmatamento, queimadas;	Retireiros do Araguaia x invasores x grandes produtores rurais
Disputa por terras;	Indígenas Kamela x Invasores
Disputa por terra, desmatamento ilegal, uso de agrotóxicos, destruição do patrimônio material e imaterial, pastagens dentro da TI e ameaças de morte; TI mais desmatada na Amazônia Legal;	Indígenas Xavante x Grandes Produtores Rurais
Pesca predatória, turismo predatório, disputa pelo rio e cercamento do varjão;	Retireiros e agricultores x turistas
Trabalho escravo;	Trabalhadores x pecuaristas
Disputa por terra, desmatamento ilegal e uso abusivo de agrotóxico;	Agricultores familiares x grileiros
Construção da hidrovia Araguaia-Tocantins, pesca predatória e queimadas;	Indígenas Karajá x Estado x pescadores
Desmatamento e degradação no entorno da TI;	Indígenas Tapirapé x grileiros
Uso abusivo de agrotóxico	Agricultores familiares x empresa Conril Confresa
<b>Região de Planejamento 04— Polo Alto Garças</b>	
	Municípios que compõem: Água Boa / Araguaiana / Araguaínia / Barra do Garças / Campinápolis / Canarana / Cocalinho/ General Carneiro/ Nova Nazaré/ Nova Xavantina/ Novo São Joaquim / Ponte Branca/ Pontal do Araguaia/ Querência / Ribeirão Cascalheira/ Ribeirãozinho/ Torixorobá.  Predominância de biomas: Cerrado e Amazônia.
<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>
Desmatamento de nascentes que abastecem o rio Xingu, agricultura mecanizada em solos frágeis, disputa por terra, desmatamento, queimadas e contaminação com agrotóxicos;	Indígenas Kamaiurá, ecologistas, agricultores x produtores rurais, empresários
Desmatamento ilegal;	Querência (Terra Indígena do Xingu e seu entorno)
Instalação de UHE Torixorobá no Rio das Mortes e invasão de TI;	Querência
Desmatamento, invasão de TI, queimadas;	Esobogistas, agricultores familiares x grandes produtores rurais
Abertura de estradas provocando desmatamento, destruição de nascentes;	Indígenas Bororo e Xavante x empresários das hidrelétricas
Disputa por terra - invasão de TI por grandes produtores rurais;	Indígenas Xavante e grileiros
Queimadas em TI, uso abusivo de agrotóxico no entorno da TI, Desmatamento e poluição das águas com esgoto .	Indígenas agricultores familiares, comunidade local x Governo do Estado
Pesca predatória, exploração ilegal de minérios; Disputa por terras;	Indígenas Xavante x produtores rurais
	Indígenas Xavante x produtores rurais
	Indígenas Xavante x garimpeiros e grileiros
	Indígenas Xavante, Nova Xavantina TI Parahubure
	Campinápolis, Nova Xavantina TI Parahubure
	<b>Município de ocorrência</b>
	Canaã
	(Terra Indígena do Xingu e seu entorno)
	Querência
	General Carneiro, TI Meruê e TI São Marcos
	Barra do Garças - TI São Marcos
	Barra do Garças / Campinápolis / Canarana
	Barra do Garças, TI Arcebis
	Canarana, TI Pimentel Barbosa
	Campinápolis, Nova Xavantina TI Parahubure

## Região de Planejamento 05 – Polo Rondonópolis



Municípios que compõem: Alto Araguaia/ Alto Garças/ Alto Taquari/ Campo Verde/ Dom Aquino/ Gaúcha do Norte/ Guiratinga/ Iquirira/ Jacaraí/ Juscemeira / Paranatinga/ Pedra Preta/ Poxoréu/ Primavera do Leste/ Rondonópolis/ Santo Antônio do Leste/ São José do Povo/ São Pedro da Cipa/ Tesouro.

Predominância de biomas: Cerrado com pequena porção da Floresta Amazônica.

<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos*</b>	<b>Município de ocorrência</b>
Resíduos sólidos despejados inadequadamente;	Ecologistas, comunidades e Estado	Rondonópolis
Desmatamento das áreas de nascentes do rio Xingu.	Indiígenas e grandes produtores rurais	Gaúcha do Norte
Instalação de hidrelétricas PCH Paranatinga II em local sagrado da primeira cerimônia Quarup;	Indiígenas Xavante e outras etnias x Paranatinga Energia S.A	Paranatinga
Polluição dos rios, arrendamento, desmatamento e queimadas;	Indiígenas Bakairi x grandes produtores;	Poxoréu, TI Bakari
Disputa por terras, queimadas, desmatamento, ameaças de morte e assassinato de líderes;	Indiígenas Xavante/Bororo x grandes produtores rurais	Poxoréu, TI Sangradouro V. Grande
Disputa por terra, ameaças de morte e assassinato de líderes;	Indiígenas Bororo x ribeirinhos	Poxoréu, TI Jarandere
Agricultura mecanizada provocando compactação do solo, desmatamento, ameaças de morte e uso abusivo de agrotóxicos;	Assentados/trabalhadores rurais x grandes produtores rurais	Poxoréu, PA, Mafreires das Carajás
Assoreamento dos rios;	Ecologistas e Estado	Rondonópolis
Pesca Predatória e queimadas criminosas;	Indiígenas Bororo x pescadores	Rondonópolis, TI Tadrirama

## Região de Planejamento 06– Polo Cuiabá




Municípios que compõem: Acorizal / Barão do Melgaço/ Chapada dos Guimarães/ Cuiabá / Jangada / Nobres /Nossa Senhora do Livramento /Nova Brasilândia / Planalto da Serra / Poconé / Rosário Oeste / Santo Antônio do Leverger / Varzea Grande.

Predominância de biomas: Cerrado e Pantanal.

<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>	<b>Município de ocorrência</b>
Desmatamento para pecuária extensiva, poluição hídrica e disputa por terra, queimadas;	Pantaneiros x grandes produtores rurais	Barão de Melgaço – Comunidades de Josélândia
Resíduos sólidos vindos pelo rio Cuiabá, aterram os córregos e córregos;	Pantaneiros x moradores da região do planalto	Barão de Melgaço – Comunidade Estirio
Pesca Predatória e matança de animais silvestres;	Pantaneiros x turistas e caçadores	Poconé – Parque Nac. do Pantanal – PA Limoeiro
Assoreamento dos rios, desmatamento e poluição hídrica;	Pantaneiros x prod. rurais x garimpeiros	Poconé – PARNA
Extração ilegal de minérios, assoreamento;	Pantaneiros x garimpeiros	Poconé
Assoreamento de rios e desmatamento de matas ciliares por grandes produtores;	Agricultores familiares x produtores rurais	Rosário Oeste
Conflito entre comunidades bioregionais e LC (RPPN/SFSC);	Pantaneiros x empresários	Barão de Melgaço
Turismo predatório, ocupação em áreas de preservação permanente, desmatamento;	Pescadores artesanais x turistas	Barão de Melgaço
Impactos da UHE de Manso; expulsão de comunidades ribeirinhas, assentamentos inadequados sem água, desestruturação social	Movimentos dos atingidos por barragens x Furnas	Chapada dos Guimarães
Disputa por terra, falta de demarcação de território quilombola, desmatamento, queimadas, falta de saneamento	Quilombolas x grandes produtores rurais	Nossa Senhora do Livramento, Mata Cavallo
Disputa por terra, assoreamento dos córregos e contaminação do solo por garimpos, Disputa por água (	Quilombolas x grandes produtores rurais x garimpeiros e fazendeiros	Poconé
Pesca Predatória, assoreamento dos rios e exploração de mão de obra;	Pantaneiros x pescadores	Poconé
Pesca predatória	Pantaneiro x fazendeiro x pescador	Barão de Melgaço
Assentamento precário dos atingidos por Manso;	Atingidos por barragens x Furnas	Alto Paraguai
Invasão das áreas das nascentes do Rio Paraguai (dentro da APA);	Atingidos por barragens x Furnas	Alto Paraguai – APA Nascentes do Rio Paraguai
Pesca predatória, poluição dos rios (resíduos sólidos vindos de Cuiabá);	Comunidade x Drugas	Barão de Melgaço
Turismo predatório;	Comunidade x turistas	Praia do Povo – Santo Antônio do Leverger
Extração ilegal de areia;	Moradores da área urbana x Estado	Varzea Grande
Falta de saneamento básico;	Sociedade x Estado	Cuiabá
Violência. Invo. canalização de rios, verticalização;	Sociedade, Estado x empreendedores, fazendeiros	Baixada Cuiabana
Propriedades privadas dentro do parque nacional de Chapada dos Guimarães;	Pequenos produtores rurais x PARNA Chapada dos Guimarães;	Chapada dos Guimarães
Conflito entre comunidades bioregionais e LC - Parque Nacional de Chapada dos Guimarães;		Chapada dos Guimarães



Disputa por terra (quilombolas x fazendeiros), desvio de leito do rio acabando com rios;	Quilombolas x fazendeiros	Pocoaré – comunidade do Jejum
Desmatamento, erosão, assoreamento, uso de áreas protegidas;		Ciéreres
Pressão de grandes produtores rurais para plantação de soja no assentamento, queimadas e desmatamento;	Assentados x grandes produtores rurais	Ciéreres
Assoreamento de rios e ocupação de matas ciliares por fazendeiros;	Comunidade São Benedito x Invasores	Mirassol D'Oeste
Disputa por terra;	Quilombolas x mineradoras	Mirassol D'Oeste
Extração ilegal de minérios;		Pocoaré – Quilombo Campina de Pedra
<b>Região de Planejamento 07 – Pólo Ciéreres</b>		
		
<p>Municípios que compõem: Araputanga / Ciéreres/ Campos de Júlio / Concordo / Conquista D'Oeste / Curvelândia/ Figueirópolis D'Oeste / Glória D'Oeste / Indavaí / Juara / Lambari D'Oeste / Mirassol D'Oeste / Nova Lacerda / Pontes e Lacerda / Porto Esperidão / Reserva do Cabeçal / Rio Branco / Salto do Céu / São José dos Quatro Marcos / Sapezal / Vale de São Domingos/ Vila Bela da Santíssima Trindade.</p> <p>Predominância de biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.</p>		
<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>	<b>Município de ocorrência</b>
Construção da Hidrovia Paraguai-Paraná;	Pantaneiros, ecologistas x empresários, governantes	Ciéreres
Desmatamento, assoreamento das nascentes e dos rios;	Pantaneiros, ecologistas x grandes prod. rurais e governantes	Ciéreres
Disputa por terra, falta de regularização fundiária;	MST x Inera	Ciéreres
Uso abusivo de agrotóxicos e disputa por água;	Pantaneiros, ecologistas, comunidade local x grandes prod. rurais	Ciéreres
Conflito entre comunidades e LC;	Morroquianos x Lembo	Ciéreres
Moradias inadequadas, violação do direito de ir e vir, queimadas e perseguição da igreja católica aos movimentos sociais/ecologistas;	Cacereenses x Estado	Ciéreres
Controle da mina d'água por fazendeiros;	Agricultores familiares x fazendeiros	Ciéreres – Com. São Bento
Desmatamento, extração ilegal de minérios e ameaças de morte;	Agricultores familiares x garimpeiros	Conquista D'Oeste
Disputa por terra;	Chiquitanos e pantaneiros x produtores rurais	Glória D'Oeste, Porto Esperidão
Disputa por terra e Invasão de TI;	Indígenas Paresi x produtores rurais	Sapezal, TI Uirari
Disputa por terra, instalação de hidrelétricas, desmatamento, extração ilegal de minérios;	Indígenas Nambikwara x grileiros, garimpeiros	Vila Bela da Santíssima, Nova Lacerda, TI Sararé
Disputa por terra, falta de demarcação de TI, falta de regularização fundiária e ameaças de morte;	Quilombolas x grandes produtores rurais	Vila Bela da Santíssima
Disputa por terra, falta de demarcação de TI, falta de regularização fundiária e ameaças de morte;	Indígenas Chiquitano x grandes produtores rurais	Pontes e Lacerda
Monocultura da cana e Teia ( <i>Jatropha gossypifolia</i> ) no entorno de assentamentos e uso excessivo de agrotóxicos;	Assentados, agricultores familiares x grandes produtores rurais	Mirassol D'Oeste
Disputa por terra - ocupação ilegal por acampados;	Morroquianos x acampados	Ciéreres
Degradação de terras que serão demarcadas para os quilombolas, desmatamento, assoreamento dos rios e pecuária;	Quilombolas x grandes produtores rurais	Vila Bela da Santíssima
Desmatamento, disputa por terras, monocultura da teia - <i>Jatropha gossypifolia</i>	Morroquianos x grandes produtores rurais	Ciéreres
Uso abusivo de agrotóxicos, desmatamento, queimadas;	Assentados x fazendeiros	Mirassol D'Oeste
Polição hídrica, assoreamento do rio, privatização das águas	Ecologistas, agricultores familiares x Estado	Ciéreres
Desmatamento ilegal, disputa por terra e ameaças de morte;	Indígenas Nambikwara x Invasores	Comodoro
Assoreamento do rio, falta de água, desmatamento ilegal;	Ribirinhos, assentados x grileiros, grandes produtores rurais	Ciéreres
Desmatamento ilegal, assoreamento de rios e pesca predatória;		Ciéreres
Disputa por terra, desmatamento ilegal, extração ilegal de minérios;	Indígenas Paresi x garimpeiros	Porto Esperidão
Extração ilegal de minérios;	Indígenas Nambikwara x Invasores de TI	Conquista do Oeste TI Juíunha
Desmatamento ilegal e extração de minérios;		Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro,
Disputa por terras, falta de regularização fundiária, crescente degradação ambiental, ameaças de morte;	Quilombolas x fazendeiros	Pontes e Lacerda
Destruição de campo nativo devido ao dreno feito nas fazendas;	Quilombolas x fazendeiros	Vila Bela da Santíssima
Racismo ambiental, poluição dos corpos d'água com dejetos dos frigoríficos, instalação de UHE, agressão aos pescadores artesanais, poluição do rio Sararé pela multinacional de mineração;	Quilombolas, pescadores x mineradoras, empresários de hidrelétricas	Vila Bela da Santíssima
Disputa por terra, Retirada de 79 famílias;	Quilombolas x fazendeiros	Vila Bela da Santíssima
Disputa por terra e ameaças de morte;	chiquitanos x fazendeiros	Vila Bela da Santíssima

## Região de Planejamento 08 – Polo Tangará da Serra




<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>	<b>Município de ocorrência</b>
Desmatamento ilegal para monocultura e para pecuária, compactação de solo; Construção da PCH Juba IV, linha de transmissão e disputas por territórios;	Agricultores familiares, acampados x grandes produtores rurais	Porto Estrela
Desmatamento, queimadas, monocultura de soja e uso abusivo de agrotóxicos;	Acampados x grandes produtores rurais e empresários	Barra do Bugres
Desmatamento ilegal das margens dos Rios Juba, Sepultura e de sete afluentes, pecuária e agricultura mecanizada;	População local x grandes produtores rurais	Campo Novo do Parecis
Trabalho escravo, poluição do ar e da água provocados pela usina de álcool e monocultura de açúcar;	MST e agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra
Agricultura mecanizada, desmatamento ilegal, disputa por terra, extração ilegal de minérios e ameaças de morte;	População local x grandes produtores rurais	Barra dos Bugres, Nova Olímpia
Disputa por terra e ameaças de morte, invasão de TI, desmatamento e queimadas;	Indígenas Paresi x produtores rurais	Tangará da Serra, TI Estrovozinho
Trabalho escravo e monocultura de cana;	Trabalhadores x empresários	Porto Estrela
Uso abusivo de agrotóxicos;	Indígenas x pescadores, garífuns	São José do Rio Claro
Assesmatos de rios;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Barra do Bugres - TI Umaitina
Instalação de PCH no Rio Sepultura;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra
Monocultura de soja, uso excessivo de agrotóxicos;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra
Desmatamento, invasão de TI, instalação do complexo de PCH no Rio Juruema afetará TI Mbyky;	Agricultores familiares x empresários	Tangará da Serra
Disputa por terras, desmatamento ilegal nas proximidades do rio Jauru;	Agropecuária Itamarati – Sumekê	Brasnorte, TI Mbyky
Extração ilegal de minérios;	Indígenas Mbyky x invasores	Tangará da Serra
Desmatamento ilegal, planta de monocultura de soja dentro da TI;	Garífuns x fazendeiros	Tangará da Serra, Próximo ao córrego Estiva –
Agricultura mecanizada, desmatamento, disputa por terra;	Indígenas Paresi	Tangará da Serra, TI Rio Formosa
Disputa por terra e conflito com LC;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra, Fazenda Branca
Pesca predatória, desmatamento e extração ilegal de minérios;	Comunidade x Fazendeiro	Porto Estrela
	Indígenas Rikbaktsa x invasores	Brasnorte

## Região de Planejamento 09 – Polo Diamantino

<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>	<b>Município de ocorrência</b>
Pressão de grandes produtores rurais para plantação de soja no assentamento, queimadas e desmatamento;	Assentados x grandes produtores rurais	Alto Paraguai, Assentamento Nova Esperança
Degradação ambiental de área sagrada para povo Paresi, degradação do Corrego de Pau e instalação de UHE	Assentados	Nova Marilândia
Desmatamento e carvoeira, disputa por terra e pressão para invadir chapadão;	Indígenas x empresários das hidrelétricas	Nova Maringá
Disputa por terra, assasmatos (indígena Paresi Valmirleide Zoronah), desmatamento e pesca predatória;	População local x grandes produtores rurais	Diamantino
Poluição da água pela monocultura de cana de açúcar, queimadas e trabalho escravo;	Indígenas Paresi x grandes produtores rurais	Diamantino, TI Estação Paresis
Desmatamento ilegal e invasão de APP	Trabalhadores, assentados x produtores de cana	Norrelândia
Desmatamento ilegal (propriedades e madeireiras com passivo ambiental);	Assentados x produtores rurais	Nova Maringá
Monocultura de cana de açúcar, extração de minérios e trabalho escravo;	Agricultores x madeireiros	São José do Rio Claro
	Trabalhadores x mineradoras	Norrelândia

Municípios que compõem: Alto Paraguai / Avenápolis / Diamantino / Norrelândia / Nova Marilândia / Nova Maringá / São José do Rio Claro.

Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.

Região de Planejamento 10 – Polo Sorriso	
	Municípios que compõem: Ipiranga do Norte / Ipanhangá / Sorriso / Nova Mutum / Santa Rita do Trivelato / Lucas do Rio Verde / Tapurah.  Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.
<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>
Agricultura mecanizada (compactação do solo) e desmatamento ilegal, uso abusivo de agrotóxicos, poluição;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais
Disputa por terra;	Assentados x produtores rurais
Disputa por terra, assassinatos e ameaças de morte;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais
Disputa por terra. Expulsão para ser implantada monocultura de soja;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais
Trabalho Escravo;	Trabalhadores rurais x empresários das carvoarias
	Municípios que compõem: Juara / Novo Horizonte do Norte / Porto dos Gaúchos / Tabaporá.  Predominância de bioma: Amazônia.
<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>
Desmatamento no entorno da TI, ameaças de morte, trabalho escravo (rural e frigorífico);	madeiros x Ibama x agricultores familiares
Disputa por terra, desmatamento ilegal e queimadas; ameaças de morte em TI;	Indígenas x grandes produtores rurais
Disputa por terra, desmatamento ilegal, queimadas;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais
Trabalho escravo;	Trabalhadores x carvoarias
Disputa por terra, Invasão de TI, desmatamento;	Indígenas Kayabi x madeiros
Trabalho escravo - fazenda Palmeiras;	Trabalhadores x pecuarista
Desmatamento ilegal;	pequeno agricultor x madeiro
	Municípios que compõem: Cláudia / Feliz Natal / Itauba / Marcellândia / Nova Ubiratã / Santa Carmem / Sinop / União do Sul / Vera.  Predominância de bioma: Amazônia.
<b>Conflitos socioambientais</b>	<b>Grupos Sociais envolvidos *</b>
Instalações do complexo Teles Pires (UHE São Manuel, UHE Sinop e UHE Teles Pires) que afetará toda a região;	Ecologistas, indígenas, agricultores x empresários das hidrelétricas
Desmatamento ilegal, queimadas, poluição do ar, disputa pelo território e uso abusivo de agrotóxicos;	Ecologistas, indígenas, agricultores familiares x grandes produtores rurais
Disputa por terras, impactos da BR 163, uso de agrotóxicos afetando Rio Teles Pires, assoreamento e desmatamento;	Ecologistas, indígenas, agricultores x produtores rurais x empresários
Disputa por terra (TI Ipangé), Invasão de TIs, desmatamento, pesca predatória, uso abusivo de agrotóxicos e ameaças de morte;	Indígenas Ikapeta x madeiros x grandes produtores rurais x grileiros
Trabalho escravo;	Trabalhadores rurais x grandes produtores

Monocultura de eucalipto e Teca ( <i>Lectona grandis</i> );	Assentados x grandes produtores rurais	Sinop. Assent. 12 de out.
Queimadas criminosas;	Moradores x madeireiros	Marcelândia
Pressão e expulsão das famílias para instalação da UHE Sinop;	Acupados x UHE Sinop	Cláudia
Disputa por água nos assentamentos;	Assentados x Estado	Marcelândia
Disputa por terra e ameaças de morte;	Assentados x grandes produtores rurais	Itauba
Disputa por terras;	Assentados x grandes produtores rurais	União do Sul
Uso abusivo de agrotóxicos, assoreamento, desmatamento;	Pescadores artesanais x fazendeiros	Sinop
Uso abusivo de agrotóxicos provocando envenenamento de rios que abastecem o Rio Xingu;	Pescadores artesanais x fazendeiros	Feliz Natal, Proximidades do Rio Desejado
Território tradicional ficou fora da área demarcada, gerando conflito ao acesso a essas áreas;	Indígenas Waajã x grandes produtores rurais	Paranatinga, Gaúcha do Norte
Invasão de terra indígena, desmatamento, disputa por terra, pesca predatória, uso abusivo de agrotóxicos.	Indígenas do TIX x madeireiros x fazendeiros x grileiro	Terra Indígena do Xingu

Diante do quadro significativo dos conflitos mapeados, podemos considerar que as disputas por terra, disputas por água, desmatamentos, queimadas e usos abusivos de agrotóxicos são os principais motes dos conflitos socioambientais em MT. Essas questões afetam os três biomas mato-grossenses de formas e intensidades distintas. Podemos considerar que os conflitos não ocorrem isoladamente, em muitos casos, coexistem e estão intrinsecamente conectados, predominando uma dinâmica dialética entre eles. Da mesma forma que existe esse imbricamento entre os conflitos, ocorre o mesmo com os agentes provocadores, apresentados de múltiplas formas, mas, que têm em sua base o fio condutor da expansão e manutenção do agronegócio, ora defendido pelos grandes produtores rurais, ora promovido pelos deputados da base ruralista (a maioria), ora acoitado pela esfera judicial.








As narrativas dos grupos sociais centraram-se fortemente nos embates encarados pelos diversos grupos que disputam porções do território mato-grossense com o setor do agronegócio, em função da dominação/concentração territorial, que implicam em outras disputas como o acesso a água e a outros bens naturais. Indubitavelmente, em MT, são nas disputas pela terra que se estabelecem as situações mais conflitantes, frutos do modelo concentrador agrário-agrícola em desenvolvimento no Brasil e no Estado.

Importa afirmar que, quando nos referimos aos conflitos por disputa por terra, tratamos da questão fundiária e a falta de democratização ao seu acesso. Nesta perspectiva é importante pontuar aqui o que estamos considerando como território e terra: embora apresentem equivalências, são compreendidos nessa pesquisa como conceitos diferentes. Quando nos referimos a disputa por “terra” estamos aludindo ao espaço material que está em disputa para concreção do território.

O lugar, mesmo com referência física, por vezes, assume aspectos simbólicos ao propiciar o exercício da vida cotidiana, o meio da produção de alimentos, a construção da casa/abrigo. Nessa significação o conceito de terra extrapola para território, que supera significados materiais, e é o espaço de liberdade e de poder que integra ao espaço físico as vidas pulsantes em suas lutas simbólicas e materiais, em seus conflitos, que juntos articulam táticas de resistência. Sendo assim, toda e qualquer prática que atinja os territórios estará atingindo as identidades que neles habitam.

Após a sistematização dos conflitos narrados agrupamos os mais citados e criamos ícones que pudessem imagetivamente ser associados à questão referenciada, utilizando o programa de computador CorelDrawX5 (quadro 02).

## Quadro 02 - Agrupamento dos principais conflitos mapeados

Ícone representativo	Conflito	Ações envolvidas
	Disputa por terra	Neste ponto apresentamos os conflitos relacionados a falta de regularização e demarcação de terras, a luta por distribuição e posse de terras envolvendo diversos grupos sociais.
	Disputa por água	Nesse item foram pautados casos de grupos sociais que sofrem restrições no uso e acesso a água, em função da ação de terceiros ou do uso privado de rios e igarapés; Poluição e/ou assoreamento de rios e nascentes. Atividade realizada por empresas ou por indivíduos, de forma predatória, como por exemplo, as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).
	Desmatamento	Foram marcamos sob essa questão todos os conflitos com interface com a retirada de madeira e grandes extensões de desmatamento em áreas específicas que vem de alguma maneira comprometendo o modo de vida dos grupos afetados por essa ação.
	Queimadas	Agrupamos nesse item os conflitos que foram citados com o uso do fogo nas atividades agrícolas, incêndios provocados intencionalmente devido a ação de grileiros e fazendeiros que provocam grandes destruições e se tornam propulsores de conflitos.
	Uso abusivo de agrotóxico	Nessa categoria tocaram os conflitos narrados pelo uso de agroquímicos que vêm drasticamente afetando a vida dos grupos sociais.
Consequências dos conflitos		
	Ameaças de morte	Locais que possuem pessoas ameaçadas de morte.
	Trabalho escravo	Localidades denunciadas pelos grupos sociais e dados secundários com registro de trabalho escravo.

Os conflitos mapeados foram registrados no “Mapa dos conflitos socioambientais de MT” (figura 02), elaborado após a sistematização dos dados dos seminários. O mapa original foi elaborado em escala 1:1.500.000, contudo, uma adequação na escala 1:4.200.000 foi criada para possibilitar a socialização e leitura.

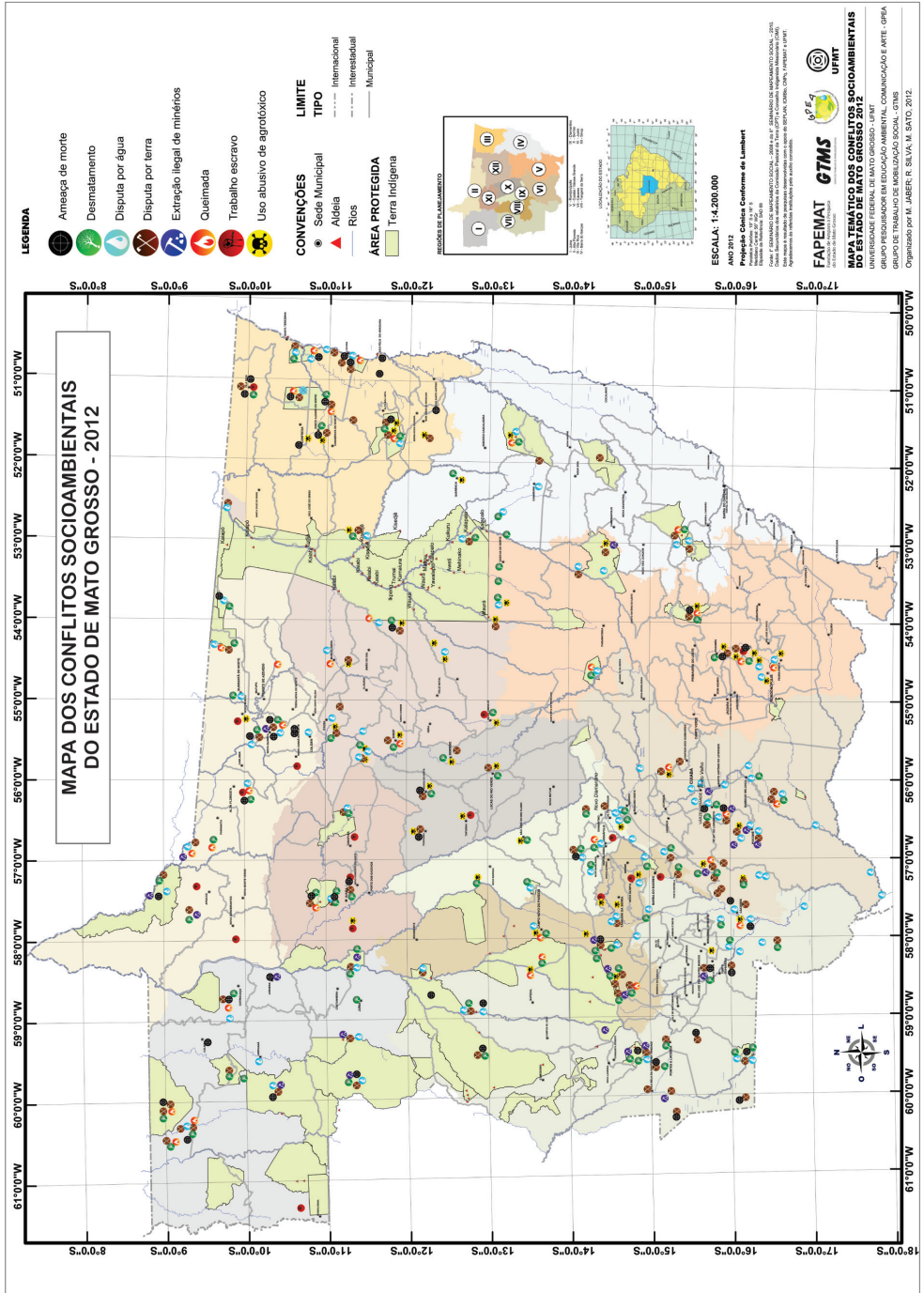
Ressaltamos que a maioria dos pontos do mapa foi georreferenciada de acordo com as coordenadas geográficas, contudo, alguns desses trazem uma localização aproximada, segundo as narrativas dos grupos pesquisados. Alguns pontos dos conflitos assinalados durante as oficinas foram confirmados por meio de consultas a dados secundários: artigos científicos, relatórios técnicos e acadêmicos, publicações diversas etc. Entretanto, como essa pesquisa é ancorada metodologicamente na autonarração, foram considerados, sobremaneira, os registros feitos pelos grupos sociais entrevistados.

Reconhecemos a existência de muitos outros conflitos que não estão pontuados no mapa, contudo, registram-se nessa carta os conflitos narrados pelos grupos sociais presentes nos seminários. Acreditamos que este mapa revela um pálido retrato da dura realidade desses grupos sociais, que *per se* já significa uma situação de denúncia e de evidência das fragilidades das políticas públicas de MT.

### Palavras finais

Os conflitos socioambientais mapeados são expressões do modelo de desenvolvimento adotado que leva à destruição dos ecossistemas e ao aniquilamento

Figura 02: Mapados conflitos socioambientais de Mato Grosso - 2012.



de formas singulares de modos de vidas. Em outras palavras, territórios, identidades e temporalidades que se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura e natureza; onde a perda de um implica no desaparecimento do outro.

Na consolidação deste modelo de desenvolvimento, várias famílias de povos e comunidades tradicionais foram e ainda são agredidas, expulsas de suas terras; várias etnias indígenas perderam seus espaços sagrados e mantêm-se, paulatinamente, num processo de grandes disputas pela defesa de seus territórios. Demonstrando a vulnerabilidade que nos encontramos, acenando para a necessidade de ações coletivas na busca por alternativas que possam minimizar os impactos e os embates. Partimos do princípio de que os conflitos são inerentes às práticas sociais, porém eles podem ser atenuados se forem geridos de forma dialógica, inclusiva e democrática, na tentativa de construir ações que, participativamente, possam minimizá-los.

Os conflitos identificados revelam que os territórios não estão sendo dominados e expropriados de forma pacífica, e ainda persiste o grito de resistência dos grupos atingidos frente à imposição das classes e atividades hegemônicas que tentam usurpar os territórios e as identidades. As diversas formas de resistência se articulam nas denúncias contra a dominação e a violação ao meio ambiente, por meio de atos públicos e de mobilizações sociais. Sobretudo, nas articulações para que as políticas públicas sejam mais inclusivas, cuidadosas e democráticas.

Consideramos o mapeamento dos conflitos socioambientais um importante instrumento para a reflexão e para a ação dos sujeitos envolvidos com o processo de democratização do meio ambiente. Destarte, para que a paisagem de degradação se transforme em um novo horizonte, com mais proteção ecológica e inclusão social, é preciso que estejamos engajados e subsidiando políticas públicas para que o planejamento socioambiental do estado possa considerar a riqueza das paisagens naturais, assim como, as diferentes identidades que aqui habitam.

Acreditamos ser importante dar visibilidade aos conflitos, não somente para evidenciar a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento instituído, mas, sobretudo, porque acreditamos que este estudo possa ser um referencial aos governos e à sociedade civil; que ao elaborarem as políticas públicas, consigam considerar os conflitos socioambientais, buscando a participação como uma das molas propulsoras da guinada conceitual, política e científica.

## Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso-FAPEMAT e ao Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte-GPEA da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT.



## Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. **Novos Cadernos Naea**. v. 3, n. 2, p. 5-15, dez. 2000.
- AZEVEDO, A. **Legitimação da insustentabilidade? Análise do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais - SLAPR (Mato Grosso)**. 325 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.
- BARROS, A. (Coord.). **Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas da Amazônia**. Rio de Janeiro: FASE, 2000. (Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 8).
- BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. In: **Revista Eco 21**, ano XV, n. 98, janeiro, 2005.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 19 ed., Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- GEIST, H. J.; LAMBIN. Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. **BioScience**, v. 52, p.143-150, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IBGE. **Brasil, série histórica de área plantada e produção agrícola; safras 1998 a 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em mar. 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- INDEA. Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso. **Relatório de consumo de agrotóxicos em Mato Grosso, 2005 a 2010**. Banco eletrônico. Cuiabá: INDEA-MT; 2011.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Relatório de avaliação - DETER março/abril de 2011**. Disponível em: <[http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/Avaliacao\\_DETER\\_marco\\_abril2011.pdf](http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/Avaliacao_DETER_marco_abril2011.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2011.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Relatório mensal de foco de queimadas MT**. DETER setembro de 2010. Disponível em: [http://peassaba.cptec.inpe.br/queimadas/qmanova/anima\\_filmes.php](http://peassaba.cptec.inpe.br/queimadas/qmanova/anima_filmes.php). Acesso em: 10 ago. 2011.
- ISA. Instituto Socioambiental. **Relação entre Cultivo de soja e desmatamento**. 2007. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/docs/inst/docs/download/soja.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

- LEROY, J. P. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- LÉVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia).
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. **Mato grosso em números 2008**. Cuiabá: SEPLAN, 2008.
- MAZZETTO, C. E. **O Cerrado da mãe Joana**. 2004. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/O+Cerrado+da+mae+Joana/3921>. Acesso em: 05 jan. 2010.
- MAZZETTO, C. E. **Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**. 292f. Tese (Doutorado em Ordenamento Territorial e Ambiental). Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2006.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PIGNATI, WA; MACHADO, J. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso. In: GOMES C., MACHADO J., PENA P. (Org.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 245-272.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Coleção Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).
- PRIGOGINE, I. **O Fim das Certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- RODRIGUES, A. S. L. et al. Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier. *Science*, p. 1435-1497, 2009.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.
- SANTOS, J. E. et al. **O cenário da pesquisa no diálogo ecológico-educativo**. São Carlos: RIMA, 2009.
- SATO, M. et al. Ciências, filosofia e educação ambiental – links e deleites. *OLAM - Ciência e Tecnologia*. Rio Claro: v.1, n.1, p. 133-159, 2001.
- SILVA, R. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 221f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso** - da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, responsabilidade e Diversidade cultural: Desafios para a Governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, outubro 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-9092008000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9092008000300007&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 14 de agosto de 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>.

## NOTA

<sup>3</sup> Este projeto conta com uma grande rede de parceiros, dentre eles: o Grupo de Trabalho de Mobilização Social de MT (GTMS), a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA), o Fórum de Luta de Entidades de Cáceres (FLEC), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), o CIMI, a SEPLAN, a SEMA, o Instituto Caracol (iCaracol) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Submetido em 25/08/2011

Aceito em 16/04/2012